



Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER
Procuradoria Autárquica - DER-PROJUR

Parecer nº 1539/2021/DER-PROJUR

PARECER N. 1539/2021/LIC/PROJUR/DER-RO

Concorrência Pública nº 008/2021/CPLO/SUPEL/RO

Interessado: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO

Processo Administrativo nº. 0009.235471/2021-90

Objeto: Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, Drenagem e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-370; trecho: Entrº RO-485/RO-489(Corumbiara) Parecis, Sub-Trecho: Distrito de Vitória da União - Entr. RO-391 (Trevo da Pedra), segmento: Estaca 2000+00 - Estaca 3218+15,617, com extensão de 24,38 km, referente ao Lote 05, no município de Corumbiara/RO.

Assunto: Análise e Parecer da Ata de Julgamento de Recurso Administrativo (Id. 0021504026 e 0021540111)

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Recurso Administrativo Interposto pelas licitantes MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI e ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA. Contrarrazões interposta pela Empresa CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A. Tempestividade. Conhecimento. Ata de Julgamento. Mérito. Improcedente.

1. **RELATÓRIO**

Trata-se de recurso interposto acerca do processo licitatório concorrência pública n. 008/2021/CPLO/SUPEL/RO, cujo objeto é a contratação de empresa para Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, Drenagem e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-370; trecho: Entrº RO-485/RO-489(Corumbiara) Parecis, Sub-Trecho: Distrito de Vitória da União - Entr. RO-391 (Trevo da Pedra), segmento: Estaca 2000+00 - Estaca 3218+15,617, com extensão de 24,38 km, referente ao Lote 05, no município de Corumbiara/RO.

Inicialmente, observo que os autos receberam a devida análise quanto ao cumprimento do devido processo legal e da garantia do contraditório e da ampla defesa. Haja vista se tratar de processo licitatório concorrência pública, que o procedimento observa as regras especiais na Lei n.º 8.666, 17 de julho de 1993.

No prazo legal, as licitantes MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI e ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA interpuseram recurso administrativo (id. 0021504026 e 0021540111), e em seguida a empresa CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A, apresentou contrarrazões (id. 0021776730).

O setor técnico desta Autarquia, através do Despacho DER-NUPROJVIARIO (0021857584), apresentou manifestação quanto aos recursos interpostos.

Por fim a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL deliberou na Ata de Julgamento de Recurso Administrativo (ID 0022080850). Após a própria comissão encaminhou os autos a esta Procuradoria para análise e manifestação acerca da sua decisão que inabilitou a empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI e ANDRADE CONSTRUÇÕES e TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, e manteve **habilitada** a empresa **CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**

É sucinto o relatório.

2. **ADMISSIBILIDADE**

Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse recursal, conforme comprovam os documentos acostados aos autos, merecendo conhecimento.

3. **DA INTENÇÃO E DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA (ID. 0021540111)**

A empresa **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** interpôs recurso administrativo (id. 0021540111) tempestivamente requerendo a Comissão de Licitação a revisão da decisão que a inabilitou, sob o argumento de que a empresa apresentou em sua documentação de habilitação, qualificação técnica suficiente a ser considerada apta a execução do presente escopo, bem como, qualificação operacional suficiente a ser considerada habilitada.

Com relação ao item corpo BTCC 3,00 x 3,00m – moldado no local, aduz que no edital é exigido a comprovação de 33 metros, do qual esta empresa apresentou a comprovação de execução de BTCC 2,00 x 2,00m, na quantidade de 111 metros, ou seja, quantidade superior a solicitada em edital, conforme pode ser observado no atestado de capacidade técnica emitido pelo DNIT, referente ao contrato 1146/2014.

Alega ainda que os mesmos equipamentos e mão de obra necessários, para execução de BTCC 2,00 X 2,00 m, são os mesmos necessários para execução de BTCC 3,00 X 3,00 m, visto que a técnica utilizada é a mesma, e o grau de complexibilidade para execução de tal quantitativo que fora apresentado pela empresa, pois a quantidade executada fora superior a exigida, do qual pode-se constatar que as características do atestado apresentado pela empresa recorrente é até mesmo superior, ao exigido em edital.

Quanto ao item compactação de aterros a 100% do proctor intermediário, a postulante informa que a empresa atendeu ao presente requisito, visto que apresentou atestados de capacidade técnica que comprova a execução de serviços semelhantes.

Alega que o serviço comprovado pela documentação ora apresentada, ou seja, ensaio modificado de Proctor ou AASHTO modificado supre as exigências do edital. Que nesta nova modalidade

de ensaio, embora a amostra seja compactada no mesmo molde, isto é feito, no entanto, em cinco camadas, sob a ação de 25 golpes de um peso de 4,5 kg, caindo de 45 cm de altura. A energia específica de compactação é, para este ensaio, da ordem de 25 kg x cm/cm³.

Ademais, expõe a recorrente que a empresa demonstrou sua capacidade do volume dos serviços requeridos no edital com a comprovação *de execução dos volumes de sub-base e base, que compreende em serviços idênticos ou até mesmo de característica superior que o exigido em edital, como, o Proctor Modificado que tem o grau de energia superior ao do intermediário, sendo assim, um aumento da massa específica aparente que implica também em uma melhoria da impermeabilidade do solo compactado, o que, em última análise, é fator de maior estabilidade.*

Ao final, requereu conhecimento e provimento do presente Recurso, a fim de que seja dado totalmente procedente ao pedido da empresa, reformando a r. decisão emanada na ata de julgamento de habilitação, declarando a licitante ora recorrente como habilitada na licitação.

4. DA INTENÇÃO E DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI (ID 0021504026).

A Empresa MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI interpôs recurso administrativo tempestivamente, requerendo a revisão da decisão que a julgou inabilitada no presente certame, sob o argumento de que foi comprovada sua qualificação técnica, bem como a comprovação de registro junto ao CREA dentro do prazo de validade.

No tocante ao item referente ao serviço de Corpo BTCC 3,00 x 3,00 m – moldado no local, como se depreende no Edital, o quantitativo mínimo é 33,00 e assevera que a Recorrente atestou os seguintes serviços compatíveis e similares na documentação de habilitação, sendo que apresentou a execução de serviços de Corpo BSTC de 44,00 metros, Corpo BDTC de 35,00 metros, todos enquadrados à exigência do edital.

Alega a Recorrente que o Atestado emitido pelo DNIT confirma ainda o desempenho da Recorrente na execução de serviços de Corpo BSTC de 459,96 metros, Corpo BSCC de 386,96 metros, todos similares ao edital, tendo a Recorrente comprovado com seus atestados técnicos similares, não há que se falar em inabilitação.

Em relação ao item Dreno longitudinal profundo para corte em solo, em que o Edital exige a quantidade mínima de 1.610,00 metros, alega que apresentou documentação comprovando capacidade equivalente ao serviço no total de 4.992,52 metros, ultrapassando assim, o estimado em edital.

Quanto à comprovação de registro e inscrição no CREA/RO, alega que o autenticador do documento estava com erro de autenticação, fazendo referência ao documento do ano anterior, sendo o referido problema devidamente corrigido conforme Ofício em resposta a empresa. Diante disso, informa que a Comissão poderá novamente realizar a conferência através da autenticação, para que constate a autenticidade dos documentos apresentados no envelope de habilitação da empresa.

Ao final, requereu conhecimento e provimento do presente Recurso, a fim de que seja dado totalmente procedente ao pedido da empresa, reformando a r. decisão emanada na ata de julgamento de habilitação, declarando a licitante ora recorrente como habilitada na licitação.

5. DAS CONTRARRAZÕES INTERPOSTAS PELA LICITANTE CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A (ID. 0021776730).

A empresa **CASTILHO ENGENHARIA** apresentou tempestivamente suas contrarrazões, alegando que as razões trazidas no recurso pela empresa recorrente não merecem prosperar, apresentando um fundamento totalmente equivocado.

Suscita também que o raciocínio utilizado pela recorrente não se amolda com a exigência editalícia e sequer com a legislação que rege o presente certame.

Alega que a empresa tenta de forma equivocada sustentar que a capacidade técnica operacional da empresa se encontra preenchida ao apresentar a qualificação técnica profissional, e não operacional.

Colaciona jurisprudência a fundamentar seu entendimento.

Além disso, menciona que a empresa MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI não comprovou no processo licitatório de que a mesma tenha cumprido com a exigência do quantitativo mínimo para "Dreno longitudinal profundo para corte em solo - tubo de concreto perfurado e brita comercial", pois mensurando-se atentamente a documentação apresentada, notório se faz a demonstração de tão somente 1.021,90 metros do serviço "Dreno longitudinal prof. p/ corte em solo – DPS 08", sendo que os outros serviços que compõe o atestado não são similares, o que impede a somatória de tais itens para cumprimento do requisito requerido pelo edital.

Em relação ao item do BTCC (Bueiro Triplo Circular de Concreto), menciona também que a Recorrente comprovou tão somente os serviços de Bueiros Simples e Duplos de Concreto (BSTC, BDTC, BSCC, BDCC). Contudo, frisou que nenhum deles trata-se de BTCC, sendo estes serviços inferiores, o que não atinge preceitos impostos pelo edital.

No tocante ao recurso da empresa Andrade Construções, Terraplanagem e Pavimentação Ltda., pondera que, o corpo de BTCC 2,00 x 2,00 metros, é, evidentemente menor, exige menos quantidade de materiais que o item corpo de BTCC 3,00 x 3,00 metros. Assim, reforça que a imposição constante no edital é clara (não abrindo margem para tornar menos rígido) quando exige o "Corpo BTCC 3,00 x 3,00m – moldado no local", o que demonstra notadamente o descumprimento de tal premissa pela licitante.

Ao final requer que seja integralmente desprovidos os recursos apresentados.

6. **DO ENTENDIMENTO DA ÁREA TÉCNICA (ID. 0021857584)**

A SUPEL a fim de subsidiar sua decisão encaminhou os autos a este Departamento para manifestação técnica quanto as alegações apresentadas pelas empresa licitantes.

O Setor técnico desta Autarquia exarou o Despacho DER-NUPROJVIARIO (0021857584), se manifestando da seguinte forma:

ANÁLISE RECURSO MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI

Considerando a não comprovação de quantitativo mínimo para o item **Corpo BTCC 3,00 x 3,00 m - moldado no local**, a justificativa da empresa para reconsideração da exigência não é plausível tendo em vista que o mínimo de quantitativo estipulado em edital deve ser atendido, independentemente da complexidade do objeto. A conclusão jurisprudencial também perfaz neste sentido:

"SÚMULA Nº 263/2011 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado."

Entendimento semelhante foi consolidado na Súmula 24 do TCE/SP:

“SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”

Em análise aos aspectos técnicos do item, ressalta-se que o método de execução do serviço difere-se de Bueiros Tubulares (como por exemplo os citados no recurso: BSTC, BDTC) para Bueiro Celulares (BTCC - do certame licitatório), tanto que as especificações de serviço desse são regidas pela NORMA DNIT 025/2004 - ES e as especificações de serviço daqueles, pela NORMA DNIT 023/2006 - ES. Tal diferença de método executiva já afasta a possibilidade de similaridade entre os itens requerida pelo licitante.

Destarte, em relação aos outros itens apontados como similares (BSCC, BDCC e BSCC), entende-se que a dimensão e a complexidade de se executar um Bueiro Simples ou um Bueiro Duplo, diverge da dimensão e complexidade de execução de um Bueiro Triplo, sendo aqueles, portanto, inferiores em qualificação técnico operacional.

Consolidando as justificativas técnicas apresentadas acima, em análise aos autos da documentação de habilitação da empresa, constatou-se a comprovação apenas de serviços de qualidade técnica operacional inferior, não sendo plausível, portanto, o pleito da mesma em relação ao item Corpo BTCC 3,00 x 3,00 m - moldado no local.

Passando adiante, em relação ao pleito de comprovação de **Dreno longitudinal profundo para corte em solo**, o somatório considerando os itens de dreno longitudinal não é igual ou superior com o requisitado no instrumento convocatório. Aqui vale ressaltar que não há que se considerar o item Dreno sub-horizontal - DSH 01, apresentada pela empresa, como similar ao Dreno longitudinal profundo, evidenciadas pela diferença de especificação de serviços para executar esse (NORMA DNIT 015/2006 - ES) ser divergente da especificação de serviços de execução do dreno sub-horizontal (NORMA DNIT 015/2006 - ES).

Falemos aqui novamente sobre o consolidado na Súmula 24 do TCE/SP, resguardando a administração pública da exigência de comprovação da qualificação operacional.

“SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”

Não há o que se falar em formalismo extremo, haja vista toda a análise técnica estar pautada em normativos, jurisprudências ou documentos técnicos que corroboram com o entendimento exposto na análise. Assim como os itens especificados no instrumento convocatório como requisitos para qualificação técnica estão devidamente pautados e compatíveis com os serviços de maior relevância no projeto que compõe a Curva A do objeto. Ressalta-se ainda que visando ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, assim como posicionamento da jurisprudência através do STJ - MS nº 5631/DF, foram considerados apenas serviços considerados de maior relevância técnica e financeira, excluindo-se dos requisitos de qualificação itens considerados de importância técnica não substancial e que por ventura pudessem se tratar de preciosismo da administração.

Quanto ao item por ter apresentado **comprovação de registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** vencida, conforme autenticidade emitida por meio eletrônico, junto ao órgão responsável, descumprindo assim a exigência contida no item 15.3, alínea "a" do Edital, cabe à SUPEL-CPLO o julgamento deste item, visto não se tratar de documento de cunho técnico e se tratar de item de documentação de habilitação do processo.

Face ao recurso administrativo interposto pela empresa MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI, considerando a Ata SUPEL-CPLO (ID.0021330949), o entendimento desta análise técnica é pela improcedência do recurso interposto pela empresa.

Considerando o item **Compactação de Aterros a 100% do Proctor Intermediário**, o entendimento é de que a empresa não atende a essa exigência, não sendo plausível, portanto, seu pleito quanto a este item. Embora se trate de serviços semelhantes, normatizados em três níveis, a saber o Proctor Normal, Proctor Intermediário e Proctor Modificado, a soma dos quantitativos apresentados pela licitante para Compactação de Aterros a 100% não atinge o quantitativo mínimo previsto no certame licitatório.

No que tange ao item **corpo BTCC 3,00 x 3,00m – moldado no local**, quantidade de 33,00 m, ressalta-se que o instrumento de convocação, em seu item 15.3 - Da Qualificação Técnica, alínea "d" versa que o Atestado de Capacidade Técnica deve ser compatível com o objeto da licitação que é a Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente-CBUQ. Em análise ao atestado de capacidade técnica emitido pelo DNIT referente ao contrato 1146/2014, observou-se que o objeto de tal contrato é referente a serviços de Manutenção (Conservação/Recuperação) Rodoviária, tratando-se portanto de objeto divergente do exigido no edital de licitação. Tecnicamente o serviço de construção de um BTCC apresenta uma qualificação técnico operacional superior à manutenção/conservação de um BTCC, divergindo nos quesitos de técnica, material, equipe e qualificação. Face ao exposto, considera-se como improcedente o pleito da licitante por não ter cumprido a exigência do edital de o objeto ser compatível.

Face ao recurso administrativo interposto pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, considerando a Ata SUPEL-CPLO (ID.0021330949), o entendimento desta análise técnica é pela improcedência do recurso interposto pela empresa.

7. **DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO (ID. 0022080850)**

A Comissão, através da Ata SUPEL-CPLO (0022080850), decidiu pautada nas informações relatadas no Recurso, Contrarrazões, Parecer Técnico, em dar parcialmente provimento ao recurso apresentado pela empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, **não dar provimento ao recurso apresentado pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e dar provimento as contrarrazões apresentada pela empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**. Nesta seara, a Comissão de Licitação mantém a decisão proferida em Ata do dia 15.10.2021, mantendo **INABILITADAS** as empresas **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI** e **HABILITADA** a empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A** no presente certame.

8. **PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL.**

Preliminarmente, o recurso interposto e respectivas contrarrazões foi apresentado pela licitante acima nominada respeitando o prazo previsto em lei (art. 109, inciso I, alínea "b", e §3º, da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993) e recebidos pela Comissão de Licitações, sendo, posteriormente, encaminhado para análise e parecer técnico e jurídico acerca dos Recursos Administrativos, razão pela qual passa-se à análise de seu mérito.

Em proêmio, embora cediço, é pertinente ressaltar que o parecer jurídico é dotado de caráter consultivo, e não vincula o consulente ou a autoridade competente, não se constituindo, portanto, como ato administrativo, representando apenas uma manifestação opinativa, que pode ser agregada como elemento de fundamentação ao ulterior ato administrativo.

Nesse sentido, se faz necessário ressaltar que toda e qualquer licitação destina-se precipuamente a busca da proposta mais vantajosa e a isonomia entre seus participantes, devidamente esculpida nos termos do artigo 3º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, vejamos: *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

Quanto ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de forma incontestada, trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

A Constituição Federal Brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput). Explicita ainda a Constituição a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).

Vale destacar que a Administração prezou pelo zelo administrativo, prevalecendo o interesse público, concedendo oportunidade para recorrente e recorrida, tornando o processo cristalino com respeito as normas de regência.

Pois bem, *in casu*, os recursos apresentados referem-se ao atendimento da qualificação técnica exigida no Edital de Licitação, para comprovar experiência na execução de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior ao objeto da licitação.

Por tratar-se de questão técnica, o Setor Competente deste Setorial analisou o pedido da Empresa recorrente, por meio do Despacho DER-NUPROJVIARIO (0021857584), concluindo o seguinte:

RECURSO DA EMPRESA MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI

Considerando a não comprovação de quantitativo mínimo para o item **Corpo BTCC 3,00 x 3,00 m - moldado no local**, a justificativa da empresa para reconsideração da exigência não é plausível tendo em vista que o mínimo de quantitativo estipulado em edital deve ser atendido, independentemente da complexidade do objeto.

(...)

Em análise aos aspectos técnicos do item, ressalta-se que o método de execução do serviço difere-se de Bueiros Tubulares (como por exemplo os citados no recurso: BSTC, BDTC) para Bueiro Celulares (BTCC - do certame licitatório), tanto que as especificações de serviço desse são regidas pela NORMA DNIT 025/2004 - ES e as especificações de serviço daqueles, pela NORMA DNIT 023/2006 - ES. Tal diferença de método executiva já afasta a possibilidade de similaridade entre os itens requerida pelo licitante.

Destarte, em relação aos outros itens apontados como similares (BSCC, BDCC e BSCC), entende-se que a dimensão e a complexidade de se executar um Bueiro Simples ou um Bueiro Duplo, diverge da dimensão e complexidade de execução de um Bueiro Triplo, sendo aqueles, portanto, inferiores em qualificação técnico operacional.

Consolidando as justificativas técnicas apresentadas acima, em análise aos autos da documentação de habilitação da empresa, constatou-se a comprovação apenas de serviços de qualidade técnica operacional inferior, não sendo plausível, portanto, o pleito da mesma em relação ao item Corpo BTCC 3,00 x 3,00 m - moldado no local.

Passando adiante, em relação ao pleito de comprovação de **Dreno longitudinal profundo para corte em solo**, o somatório considerando os itens de dreno longitudinal não é igual ou superior com o requisitado no instrumento convocatório. Aqui vale ressaltar que não há que se considerar o item Dreno sub-horizontal - DSH 01, apresentada pela empresa, como similar ao Dreno longitudinal profundo, evidenciadas pela diferença de especificação de serviços para executar esse (NORMA DNIT 015/2006 - ES) ser divergente da especificação de serviços de execução do dreno sub-horizontal (NORMA DNIT 015/2006 - ES).

(...)

Não há o que se falar em formalismo extremo, haja vista toda a análise técnica estar pautada em normativos, jurisprudências ou documentos técnicos que corroboram com o entendimento exposto na análise. Assim como os itens especificados no instrumento convocatório como requisitos para qualificação técnica estão devidamente pautados e compatíveis com os serviços de maior relevância no projeto que compõe a Curva A do objeto. Ressalta-se ainda que visando ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, assim como posicionamento da jurisprudência através do STJ - MS nº 5631/DF, foram considerados apenas

serviços considerados de maior relevância técnica e financeira, excluindo-se dos requisitos de qualificação itens considerados de importância técnica não substancial e que por ventura pudessem se tratar de preciosismo da administração.

Quanto ao item por ter apresentado **comprovação de registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** vencida, conforme autenticidade emitida por meio eletrônico, junto ao órgão responsável, descumprindo assim a exigência contida no item 15.3, alínea "a" do Edital, cabe à SUPEL-CPLO o julgamento deste item, visto não se tratar de documento de cunho técnico e se tratar de item de documentação de habilitação do processo.

Face ao recurso administrativo interposto pela empresa MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI, considerando a Ata SUPEL-CPLO (ID.0021330949), o entendimento desta análise técnica é pela improcedência do recurso interposto pela empresa.

RECURSO DA EMPRESA ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Considerando o item **Compactação de Aterros a 100% do Proctor Intermediário**, o entendimento é de que a empresa não atende a essa exigência, não sendo plausível, portanto, seu pleito quanto a este item. Embora se trate de serviços semelhantes, normatizados em três níveis, a saber o Proctor Normal, Proctor Intermediário e Proctor Modificado, a soma dos quantitativos apresentados pela licitante para Compactação de Aterros a 100% não atinge o quantitativo mínimo previsto no certame licitatório.

No que tange ao item **corpo BTCC 3,00 x 3,00m – moldado no local**, quantidade de 33,00 m, ressalta-se que o instrumento de convocação, em seu item 15.3 - Da Qualificação Técnica, alínea "d" versa que o Atestado de Capacidade Técnica deve ser compatível com o objeto da licitação que é a Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente-CBUQ. Em análise ao atestado de capacidade técnica emitido pelo DNIT referente ao contrato 1146/2014, observou-se que o objeto de tal contrato é referente a serviços de Manutenção (Conservação/Recuperação) Rodoviária, tratando-se portanto de objeto divergente do exigido no edital de licitação. Tecnicamente o serviço de construção de um BTCC apresenta uma qualificação técnico operacional superior à manutenção/conservação de um BTCC, divergindo nos quesitos de técnica, material, equipe e qualificação. Face ao exposto, considera-se como improcedente o pleito da licitante por não ter cumprido a exigência do edital de o objeto ser compatível.

Face ao recurso administrativo interposto pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, considerando a Ata SUPEL-CPLO (ID.0021330949), o entendimento desta análise técnica é pela improcedência do recurso interposto pela empresa.

Diante disso, considerando os objetos dos recursos serem de ordem eminentemente técnica, de modo que qualquer opinião jurídica deve possuir esteio em exame de profissionais da área de engenharia civil e, instados a se manifestar, estes julgaram que as Empresas recorrentes não atenderam ao previsto no Edital, considerando os documentos apresentados pelas recorrentes.

Importante ressaltar que o atestado de capacidade técnica tem como primordial função comprovar que a empresa a ser contratada possui aptidão a executar o objeto, evitando-se a participação de empresas que possa trazer prejuízos ao ente público.

Assim, e ante a ausência de comprovação do quantitativo mínimo necessário, a decisão toma da pela comissão mostra-se correta.

9. CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Procuradoria, sob o viés jurídico que lhe compete, opina pelo conhecimento e desprovimento dos recursos interpostos, para o fim de manter-se incólume a decisão tomada pela Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, que julgou por manter **INABILITADAS** as empresas **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI** e **HABILITADA** a empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A** no presente certame, dando-se prosseguimento ao procedimento licitatório em seus ulteriores termos.

É importante destacar que o presente opinativo não vincula a decisão superior acerca do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo, fornecendo subsídios à Autoridade Administrativa Superior, a quem cabe a análise desta e posterior decisão. Desta maneira, submetemos a presente decisão à autoridade competente para apreciação e posterior ratificação.

Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Henrique Flávio Barbosa
Procurador Autárquico do DER-RO

De acordo com o parecer

Elias Rezende de Oliveira
Diretor Geral do DER/RO



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Flavio Barbosa, Procurador(a)**, em 06/12/2021, às 20:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, Diretor(a)**, em 07/12/2021, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0022632496** e o código CRC **295E8D70**.